

Sítios Históricos e Centros Urbanos

JEANINE MAFRA MIGLIORINI

(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini
(Organizadora)

Sítios Históricos e Centros Urbanos

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
S623	Sítios históricos e centros urbanos [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2018. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web ISBN 978-85-85107-38-3 DOI 10.22533/at.ed.383182609 1. Arquitetura – Conservação e restauração. 2. Patrimônio cultural – Proteção. I. Migliorini, Jeanine Mafra. II. Título. CDD 720.288
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Patrimônio pode ser entendido como algo de valor, que merece cuidado e exige atenção para que se mantenha. Esta definição deve ser aplicável ao patrimônio econômico e ao cultural. Então por que é tão difícil a compreensão da necessidade do cuidado com o patrimônio cultural? O patrimônio cultural possui um valor intangível, e por isso é tão difícil mensurar sua importância. É necessário fazer perceber que valorizar o patrimônio cultural é respeitar nosso ser social, no contexto e entorno.

Entretanto a discussão sobre o patrimônio é abrangente e delicada, uma vez que muitas vezes interfere em bens particulares, que possuem valor para a sociedade, essa é uma das grandes polêmicas que envolvem este assunto. Isto nos leva a mais um questionamento: o que deve ser preservado? Esta é uma resposta que cabe aos especialistas, que analisam um contexto, deixando de lado interesses pessoais, uma vez que deve prevalecer o interesse comunitário. Estes pareceres são técnicos, e não poderiam ser alterados por poderes políticos: eis aqui mais uma questão delicada referente ao patrimônio.

Em meio à tantas contendas devemos refletir sobre a necessidade de interferência do poder público, para a conservação de nossa história, de nossos bens materiais e imateriais, culturais e naturais. Não deveria ser intrínseco ao ser humano a necessidade de cultivar nossa história, nossos bens comuns? Lanço mais um questionamento: o poder público, responsável pela árdua tarefa de classificar, atender, vigiar e punir, se necessário, o descaso com nosso patrimônio, realmente está cumprindo seu papel? Ainda: tem interesse em cumprir esse papel?

A cultura é inerente ao ser humano, e sua importância deveria ser inquestionável, mas o que vemos atualmente é um grande descaso, gerando graves consequências para cada um de nós e para todos nós. Estes são alguns dos pontos que justificam a necessidade crescente de discutir, estudar, analisar e cuidar dos nossos tão preciosos patrimônios. Como isso é possível? Enumero algumas ações possíveis discutidas neste livro.

Incentivar a restauração de bens em estado de degradação, esta feita por profissionais qualificados, que podem conduzir o processo com competência e qualidade, e para isso existem leis, uma vez conhecidas podem ser cobradas por todos. Por isso o conhecimento sobre o patrimônio, sobre sua importância é tão fundamental.

Outra ação possível, que vai ao encontro desta, é a criação de rotas patrimoniais, para que chegue até o público o conhecimento, a vivência, a experiência. As temáticas para desenvolver este trabalho são vastas, basta interesse. O que nos leva à mais uma ação: a gestão patrimonial, quer seja pública ou privada. Deve ser exercida para uma manutenção apropriada dos bens. Para que isso ocorra é necessário que se criem ou se exerçam políticas patrimoniais. Através delas pode, ou não, ser incentivado o cuidado, a valorização e até mesmo a percepção acerca do patrimônio, por parte da população.

Em meio a tudo isso o tema que acredito ser a base para que todo este cenário ocorra: a educação patrimonial, que dá subsídios para que as outras ações ocorram, é o conhecimento que permite a apropriação, o desenvolvimento do sentimento de pertença, e conseqüente valorização do patrimônio.

É um caminho de muitas pedras, mas que deve ser iniciado com determinação, por aqueles que são os disseminadores dessas ações. Este livro é um desses passos de reconhecimento desta caminhada.

Boa leitura e engaje-se nesta luta!

Prof.^a Jeanine Mafra Migliorini

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO MOTIVADORA DO AUTO RECONHECIMENTO HISTÓRICO DO INDIVÍDUO SOCIAL CACERENSE	
<i>Thais Lara Pinto de Arruda</i> <i>Rafael Leandro Rodrigues dos Santos</i> <i>Veruska Pobikrowska Tardivo</i>	
CAPÍTULO 2	16
OLHARES SOBRE O BAIRRO LAGOINHA: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, IMAGENS COTIDIANO E MEMÓRIAS	
<i>Loque Arcanjo Júnior</i> <i>André Luiz Rocha Mattos Caviola</i>	
CAPÍTULO 3	28
A UFBA NA SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO: UMA TRAJETÓRIA PIONEIRA NA PESQUISA E NA FORMAÇÃO ACADÊMICO-PROFISSIONAL PARA A RESTAURAÇÃO DE MONUMENTOS.	
<i>Renata Lucena Gribel</i>	
CAPÍTULO 4	40
A CIDADE FICOU VELHA? ENTRE POLÍTICA PATRIMONIAL E A PERCEPÇÃO DE PATRIMÔNIO DOS MORADORES DO BAIRRO DA CIDADE VELHA, BELÉM, PARÁ	
<i>Sabrina Campos Costa</i> <i>Edgar Monteiro Chagas Junior</i>	
CAPÍTULO 5	52
REFLEXÕES E POSSIBILIDADES ACERCA DA GESTÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO NO CONTEXTO DE UM ARRAIAL DE MINERAÇÃO DO SÉCULO XVIII	
<i>Lucas de Paula Souza Troncoso</i>	
CAPÍTULO 6	68
A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PARA MUSEUS LOCALIZADOS EM ÁREAS REMOTAS	
<i>Micheli Martins Afonso</i> <i>Karen Velleda Caldas</i> <i>Juliane Conceição Primon Serres</i>	
CAPÍTULO 7	77
O IMPACTO DAS INUNDAÇÕES SOBRE ALVENARIAS HISTÓRICAS EM TIJOLO CERÂMICO: A DESTRUIÇÃO GRADATIVA DO SÍTIO HISTÓRICO DE SANTA LEOPOLDINA [ES]	
<i>Luciana da Silva Florenzano</i> <i>Renata Hermann de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8	93
AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DE BIOTÉCNICAS NA PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ENCOSTAS NOS QUINTAIS DO SÍTIO HISTÓRICO DE OLINDA	
<i>Clodomir Barros Pereira Junior</i> <i>André Cardim Aguiar</i>	

CAPÍTULO 9	109
JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI	
<i>Emanuelle de Aragão Arrais</i>	
<i>Ana Virgínia Alvarenga Andrade</i>	
<i>Ana Cristina Claudino de Melo</i>	
CAPÍTULO 10	119
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL BRASILEIRO: REFLEXÕES À MEMÓRIA E HISTÓRIA DO SÉCULO XX	
<i>Ronaldo André Rodrigues da Silva</i>	
CAPÍTULO 11	135
FORTIFICAÇÃO E HUMANIDADE	
<i>Marcos Antonio Gomes de Mattos de Albuquerque</i>	
<i>Veleda Christina Lucena de Albuquerque</i>	
CAPÍTULO 12	148
ENTRE A HISTÓRIA E O PATRIMÔNIO CULTURAL: O PAPEL DO RECONSTRUIR SIMBÓLICO DA FEIRA DE SÃO CRISTÓVÃO	
<i>Elis Regina Barbosa Angelo</i>	
CAPÍTULO 13	160
A ROTA PATRIMONIAL COMO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO: PROPOSTA EM CONCEIÇÃO DA BARRA/ES	
<i>Maísa Fávero Costa</i>	
CAPÍTULO 14	173
PAISAGENS DA MEMÓRIA: INFORMAR PARA PRESERVAR	
<i>Paulo José Lisboa Nobre</i>	
<i>Isaías da Silva Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 15	187
A LEGITIMAÇÃO DA HISTÓRIA DA ARTE POR MEIO DA PINTURA MURAL	
<i>Larissa Gabe</i>	
<i>Mariela Camargo Masutti</i>	
<i>Maria Aparecida Santana Camargo</i>	
CAPÍTULO 16	198
A COR NAS SUPERFÍCIES ARQUITETÔNICAS PATRIMONIAIS: O CASO DA IGREJA DE N. S ^ª DA CONCEIÇÃO DOS PARDOS DE LARANJEIRAS SE/BR	
<i>Eder Donizeti da Silva</i>	
<i>Adriana Dantas Nogueira</i>	

CAPÍTULO 17 214

ANÁLISE DA EFICIÊNCIA DO CONFORTO E FUNCIONALIDADE DAS EDIFICAÇÕES MODERNISTAS DE FORTALEZA

Rebecca Campos Leite Alencar

Isabelle Mendonça de Carvalho

Thaís Rebouças Vidal

Amando Candeira Costa Filho

CAPÍTULO 18 225

A RECONSTRUÇÃO E SUA EVOLUÇÃO NO MEIO PATRIMONIAL: DAS RUÍNAS AO MUSEU DE VARSÓVIA

Daniel de Almeida Moratori

CAPÍTULO 19 240

REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA EM OURO PRETO DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX AO INÍCIO DO XX: RECONHECIMENTO E PRESERVAÇÃO

Patrícia Thomé Junqueira Schettino

Fernanda Alves de Brito Bueno

SOBRE A ORGANIZADORA..... 258

JARDINS DE BURLE MARX: UM PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO MODERNO A SER PRESERVADO NA CIDADE DE TERESINA/PI

Emanuelle de Aragão Arrais

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

Ana Virgínia Alvarenga Andrade

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

Ana Cristina Claudino de Melo

Centro Universitário UNINOVAFAPI

Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Teresina – Piauí

RESUMO: O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. A cidade de Teresina possui três exemplares de jardins modernos projetados pelo paisagista Roberto Burle Marx, sendo os jardins do Palácio de Karnak, a Praça Monumento Da Costa e Silva e o único exemplar particular o Hotel Blue Tree Towers. O objetivo geral deste trabalho foi identificar as mudanças ocorridas no projeto original de Burle Marx para os espaços citados em relação ao traçado, por causa da sua falta de preservação e de tombamento. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica; sobre aspectos ligados à

preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, com ênfase em jardins históricos.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim Moderno; Burle Marx; Teresina/PI.

1 | INTRODUÇÃO

Jardins são monumentos históricos em constante evolução, fato que os diferem substancialmente dos bens arquitetônicos e os inserem nas metodologias de interpretação e salvaguarda das paisagens culturais. O jardim é uma forma de ordenamento do território que acompanha o homem há tempos imemoriais. Segundo Castel-Branco (1994), os jardins são uma forma de expressão do entendimento humano da natureza, com investimento na recriação do sonho do microcosmo perfeito. Com o jardim, o homem inventou uma construção a céu aberto, composto por elementos inertes e vivos, o espaço ideal reinventado.

A preservação dos jardins históricos, ou jardins de interesse histórico, justifica-se de acordo com preceitos baseados em sua importância histórica e artística, ou seja, em sua significação cultural, que contribui para o fortalecimento da memória e da identidade de uma sociedade, bem como na leitura e na qualificação da cidade. Para ser considerado como herança cultural ele deve seguir a regra

gramatical da arte, quer seja projetado por leigos ou por profissionais.

O jardim histórico destaca-se, entre as demais categorias do patrimônio cultural, por apresentar laços em comum com o patrimônio natural e por sua estreita ligação com a qualidade de vida na cidade. Dentro da história da ideologia da preservação, a definição de diretrizes distintas para a conservação e restauração de jardins data do final da década de 1970. Muitos exemplares de jardins que se encontravam na malha urbana foram perdidos ou depredados, seja por interesses políticos e especulativos ou por desconhecimento de seus administradores e do próprio público.

No passado a noção de Patrimônio Cultural se restringia somente aos monumentos edificados, mas a partir da segunda metade do século XX começam a se esboçar debates em relação à salvaguarda das paisagens silvestres, dos sítios e monumentos naturais (hortos, jardins, passeios, entorno das edificações e espaços verdes de centros históricos).

No município de Teresina são encontrados três exemplos de projetos do renomado e reconhecido paisagista Roberto Burle Marx: os jardins do Palácio do Karnak (sede do Governo Estadual), exemplo de espaço semi-público; os jardins do Hotel Blue Tree Towers, espaço privado e a Praça Monumento da Costa e Silva, exemplo de espaço público. O objetivo geral deste trabalho foi identificar as mudanças ocorridas no projeto original de Burle Marx para os espaços citados em relação ao traçado, por causa da sua falta de preservação e de tombamento. A metodologia utilizada é a pesquisa bibliográfica; sobre aspectos ligados à preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, com ênfase em jardins históricos.

2 | JARDIM, UMA CRIAÇÃO DINÂMICA E COMPLEXA

El Jardín (...) Nunca es estático, su incesante metamorfosis nos acompaña en los infinitos ciclos de la vida. La misma esencia del material vegetal radica en su versatilidad y cambio. Arte temporal por antonomasia, crea situaciones en continuo cambio. Se modifica a la naturaleza dándole el sentido y el orden necesarios para una sociedad y una circunstancia, pero esa modificación siempre será parcial porque en el arte del jardín lo que se impone es la naturaleza con su orden inmanente. Los jardines son irrepetibles en exactas situaciones por depender de los ciclos naturales. Crecen, maduran y mueren a la par del hombre. (BERJMAN,2001)

Diante das palavras citadas acima da historiadora Sonia Berjman, especialista em jardins históricos, fica claro que um jardim é dinâmico e complexo. Dentre todas as suas características a que se evidencia é a delicadeza inerente ao seu material, o vegetal, desta forma podemos dizer que um jardim se trata de um patrimônio frágil.

Constituídos de materiais vivos, os jardins são criados para o futuro. De acordo com a paisagista Carmen Añón Feliú “o artista criou o jardim em determinada época, que foi depois mudado e transformado. Uma ação que converte o tempo em elemento criativo” (AÑÓN-FELIÚ, 1994), o que significa dizer que “pela manhã são de um modo e pela tarde de outro; de um modo no verão e de outro no inverno... e amanhã ou

dentro de 5 meses? Não sabemos” (BERJMAN, 2001). Tais características tornam o jardim uma arte complexa e entendê-las é de fundamental importância para ações de conservação. Por tudo isso, considera-se que o jardim é “obra de arte + ciência + técnica. Mas o natural não se esgota no verde. Inclui também relações e significados que fazem a essência do ser humano” (BERJMAN, 2001).

Pelas características acima citadas que o jardim histórico é considerado pela Carta de Florença “uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento. O jardim histórico é uma composição de arquitetura cujo material é essencialmente vegetal e, por isso, vivo, perecível e renovável” (1981, Arts. 1 e 2). O passar do tempo não é, para o jardim, uma degradação, mas um processo normal e, sua ocorrência se revela na dinâmica própria de sua evolução (LEENHARDT, 2008), uma vez que, o jardim difere da arquitetura, pois, não é uma obra acabada. Mesmo os elementos físicos, como o seu solo/subsolo e hidrografia, também passam por mudanças graduais relacionadas ao ciclo de evolução.

O jardim como vimos nunca é estático e está em constante modificação porque a natureza se impõe com sua ordem. Por se tratar de seres vivos, os jardins, foram projetados e construídos como propostas para o futuro e desta forma, essa obra de arte só se materializa por meio das ciências que tratam da vegetação e de seu desenvolvimento, seja a botânica, a ciência do solo e do meio ambiente, contudo, para que isso se concretize os profissionais habilitados nas técnicas de conservação precisam possuir um conhecimento multidisciplinar.

Conquistado o reconhecimento de ser uma arte autônoma, é na sua vinculação com a edificação e com a cidade que o jardim como obra de arte consolida suas qualidades estéticas e seu valor de existência. Este vínculo cultura/natureza, cidade/jardim, subtrai da compreensão de jardim a ideia de mimese da natureza, porque o situa no espaço das relações com a arte de cada época (SÁ CARNEIRO et al., 2012).

Entendido como objeto cultural, o jardim também constitui um arquivo vivo que garante a permanência de construções materiais e vegetais (GARCIA, 2002). Segundo esse entendimento e uma vez identificadas as características artísticas, históricas e culturais, o jardim adquire a conotação de bem cultural, e, posteriormente, identificados os valores patrimoniais passa a ser jardim histórico, um monumento, como especificado na Carta de Florença de 1981 e na Carta de Juiz de Fora de 2010.

O sentido de monumento conferido ao jardim foi sugerido inicialmente durante a reunião de trabalho em Brügge, em 1971, por Jacques Reybroeck, então diretor da Administração do Patrimônio da Comunidade Francesa na Bélgica, de modo a garantir que o jardim histórico se beneficiasse das mesmas leis de proteção dos monumentos (LUMMEM, 2001).

O monumento é considerado por Françoise Choay como “tudo aquilo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para lembrar ou fazer que outras pessoas lembrem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006).

Para Aloïs Riegl, o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é construído a posteriori, pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte (RIEGL, 2006).

Diante do que foi elucidado e discutido podemos afirmar que dentre as definições de jardim histórico, a elaborada pelo arquiteto austríaco Géza Hajos em 'Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites', onde tece críticas sobre a Carta de Florença parece apropriada, para o referido autor, "jardim histórico é um monumento, uma obra criada com construção e material vegetal, é uma concentração artificial e artística de uma paisagem cultural" (2001).

A categoria de jardim histórico se fortalece ainda mais com a introdução do conceito de paisagem cultural no âmbito do patrimônio histórico-cultural na reunião do Comitê de Patrimônio Mundial da UNESCO em 1992. No referido documento, o jardim está na categoria de paisagens culturais criadas, intencionalmente, pelo homem. Com essa categoria de patrimônio cultural, os jardins históricos parecem ter encontrado maior respaldo para sua preservação diante do crescimento e adensamento acelerado das cidades (SÁ CARNEIRO et al., 2012).

O termo preservação engloba todas as ações que visam a salvaguardar bens culturais identificados, classificados ou protegidos. Segundo a Carta de Nairóbi (1976), a preservação deve significar a identificação, proteção, conservação, restauração, renovação, manutenção e revitalização, ou seja, todas as operações necessárias à defesa e salvaguarda de um bem.

3 | PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO EM JARDIM HISTÓRICO

Os jardins históricos conduzem os visitantes a novas atitudes e ao vislumbre de realidades até o momento, desconhecidas. Para Delphim, "os jardins históricos são o mais rico exemplo de testemunho da relação entre a cultura e a natureza, testemunho que se preserva no caráter das intervenções realizadas no local e no estado de espírito dos que dele usufruem" (DELPHIN, 2005). De acordo com Conselho Internacional de Monumentos e Sítios/ICOMOS, "um jardim histórico é uma composição arquitetônica e vegetal que, do ponto de vista da história ou da arte, apresenta um interesse público. Como tal é considerado um monumento" (Carta de Florença, Art.01, ICOMOS/IFLA, 1981). A preservação de jardins históricos é justificada por sua importância histórica e artística, por sua significação cultural, a qual contribui para fortalecer a memória e a identidade de uma sociedade, tanto na leitura quanto na qualificação da cidade (ANDRADE, 2009). A Carta de Florença menciona, ainda, que: "um sítio histórico é uma paisagem definida, evocadora de um fato memorável: lugar de um acontecimento histórico maior, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, assunto de um

quadro célebre etc.” (Carta de Florença, Art.08, ICOMOS/IFLA, 1981).

Apesar de encarado como artefato humano destinado ao prazer e à contemplação, o jardim público desempenha também a função de testemunho dos códigos de conduta de uma determinada época. Conhecer a maneira que uma sociedade se apropriou do espaço livre urbano revela aspectos de sua história como valores, costumes, instrumentos de política além da percepção da própria cidade. Desse modo, o jardim histórico é aquele que pertence ao passado, recente ou não (ANDRADE, 2009).

Também sob o ponto de vista do mesmo autor, o jardim histórico destaca-se das demais categorias de patrimônio ambiental urbano, por apresentar laços comuns com o patrimônio natural e com a qualidade de vida na cidade. Sua degradação representa perdas à qualidade ambiental da malha urbana, lacunas em nosso passado histórico e o comprometimento de nossa herança patrimonial.

A composição projetual do jardim engloba os diferentes perfis do seu terreno, suas massas vegetais-essências, volumes, cores, espaçamentos e alturas, seus elementos construídos ou decorativos e as águas moventes ou dormentes (CURY, 2000).

A definição de diretrizes para conservação e restauração dos jardins históricos data do final da década de 1970. Até esse momento, muitos jardins foram perdidos ou depredados, tanto por interesses políticos e especulativos quanto por desconhecimento por parte de sua administração e do próprio público. A depredação ocasionou também a descontextualização desses jardins já que sua relação com o entorno era ignorada (ANDRADE, 2009).

Somente em 1981, por meio do Comitê Internacional de Jardins Históricos e do International Committee on Monuments and Sites/ International Federation of Landscape Architects- ICOMOS/IFLA, foi elaborada uma carta referente à proteção dos jardins históricos, a Carta de Florença. Baseada nos princípios da Carta de Veneza, ela estabelece regras para orientar qualquer ação proposta para um jardim histórico, permitindo que a preservação desses bens se faça de forma mais sistematizada (DELPHIM, 2005).

Somente a partir dessa adoção pelo ICOMOS que a maioria dos países incluiu os jardins de interesse histórico nas suas legislações de proteção. No entanto, medidas concretas ou estudos de preservação e conservação não foram imediatamente adotadas. Em 2005, o ICOMOS reformulou seus comitês científicos e determinou que o Comitê Internacional de Jardins Históricos e Sítios passasse a ser denominado Comitê Científico de Paisagens Culturais, com uma linha de atuação que englobasse além dos jardins históricos, todas as paisagens culturais (ANDRADE, 2009).

Segundo Andrade (2009) as paisagens com funções ecológicas como os Parques Nacionais são protegidas pelas legislações de conservação da natureza, sob a atribuição de órgãos ambientais. No Brasil, o órgão responsável é o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA). As paisagens de valor histórico e cultural como os jardins, quando reconhecidas por seu valor patrimonial, seguem a legislação adotada na proteção de outros bens imóveis patrimoniais.

4 | OBSTÁCULOS A SEREM SUPERADOS NA INTERVENÇÃO

Intervir em jardins históricos é atribuição exclusivamente aos arquitetos urbanistas, conforme os termos da Decisão Normativa do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura – CONFEA, número 80, de 25 de maio de 2007. Infelizmente, este tema praticamente não é abordado nas aulas de paisagismo dos cursos de arquitetura, nem mesmo de forma superficial. Mesmo alguns cursos de pós-graduação em restauro passam ao largo deste tema, sem incluí-lo em sua grade curricular, mesmo que em forma de palestra, como se fosse totalmente dispensável. E isso faz com que a maioria dos profissionais que atuam nos jardins históricos o faça como autodidatas ou, não raro, como meros aventureiros.

O referencial teórico sobre jardins históricos praticamente não existe no Brasil, havendo apenas o manual intitulado “Intervenções em Jardins Históricos” (DELPHIM, 2005), de autoria do arquiteto da paisagem Carlos Fernando de Moura Delphim, coordenador da Área de Patrimônio Natural e Paisagem Cultural do Iphan. Editado pelo Iphan em 2005, este manual é a Obra de Referência sobre o tema no Brasil e sua leitura é indispensável para aqueles que desejam se aprofundarem no assunto.

As intervenções em Jardins Históricos não devem competir com os bens protegidos e sim colaborar para sua valorização. Sempre que possível, devem ser reversíveis, considerando que esta reversão cause o mínimo possível de danos ao sítio. A visibilidade do conjunto ou de suas partes não pode ser prejudicada, devendo-se deixar livres os eixos visuais necessários à contemplação dos elementos de valor (IPHAN, 1999).

Delphim (2005) ainda cita que essas intervenções propostas não podem afetar a integridade e a autenticidade dos jardins. São as intervenções que devem se adaptar às restrições impostas pela excepcionalidade e fragilidade dos bens protegidos. Estas podem se integrar ou contrastar com o conjunto natural e seus elementos. Quando visar promover a integração, deve-se adotar técnicas e materiais locais e regionais e evitar simulações de um passado fictício, chamadas como falso-histórico. Na busca do contraste, a contemporaneidade da intervenção deve ficar evidente.

De acordo com Delphim (2005), os sítios naturais protegidos, as operações de manutenção e conservação tem prioridade sobre as de restauração, e estas, sobre as de inovação, que nunca devem expor o bem a impactos negativos, danos, riscos ou ameaças a seus valores culturais. Comumente ocorrem intervenções equivocadas, que causam graves danos ao ambiente dos jardins. Um exemplo é a tendência de remoção de muros originais, substituindo-os por grades. Alterações como essa podem degradar e alterar a função e ambiência do sítio. O jardim, que, etimologicamente, significa “local fechado e reservado a situações especiais”, deve ser contemplado como local de introspecção e de íntima relação do visitante com o sítio, o que o distingue dos parques e praças, com configurações abertas.

Em cidades movimentadas, a derrubada dos muros com o intuito de permitir

aos passantes com veículos a contemplação do interior dos jardins, traz para dentro deles aquilo que o autêntico apreciador dos jardins foge ao procurá-los. Da mesma maneira que as paredes das edificações históricas não são derrubadas para permitir aos passantes sua contemplação sem adentrar no seu interior, não há necessidade de desconsiderar o valor monumental dos jardins históricos, fazendo a substituição dos muros por grade, transformando o ambiente calmo em confusão e perturbação urbana. Essa substituição afeta tudo que se pretende preservar, como a flora e fauna, o meio físico, o microclima, as condições de circulação do ar, a temperatura e a fruição do usuário (DELPHIM, 2005).

5 | PALÁCIO DE KARNAK

O Palácio do Karnak abriga a sede do governo do Estado do Piauí, tendo, segundo Bastos (1994), iniciado sua história no último quartel do século XIX, quando era, então, uma chácara, tornando-se depois um colégio de ensino secundário. O prédio foi vendido, segundo Tito Filho (2002), nos primeiros anos da República, para uso residencial até 1926, quando tornou – se sede do Poder Executivo, ao ser vendido ao Governador Mathyas Olímpio de Melo.

Embora a construção seja de estilo neocolonial, Burle Marx desenvolveu um projeto moderno que não fugiu, em momento algum, à proposta apresentada seguindo o estilo paisagístico utilizado em seus trabalhos. Foi proposto um jardim funcional, em que teria, claramente, a distinção entre os caminhos para carro, com revestimento de asfalto, e as áreas destinadas ao passeio de pedestres seriam revestidas com pedra de Piracuruca. Tratar-se de um jardim com traçado moderno, linhas simples e dinâmicas, e uso de vegetação nativa e regional como já era marca dos seus jardins.

Antes da reforma, existia uma fonte circular, de desenho tradicional, em frente ao edifício, que foi aterrada. No mesmo local, Burle Marx colocou um espelho d'água, totalmente diferente do original, com características modernas, forma pura e assimétrica, atravessado por um passeio de placas de concreto, que pareciam flutuar sobre a água, recurso utilizado em outros projetos.

No espaço em frente ao Palácio do Karnak, além do espelho d'água central, são encontrados mais dois, nas laterais do prédio, um do lado esquerdo e outro do lado direito, para os quais foram indicadas espécies vegetais aquáticas.

Foram aproveitadas 10 palmeiras carnaúbas e 18 árvores (oitis e caneleiros) já existentes no antigo jardim, que foram incorporadas ao novo traçado. Foram especificadas 58 espécies vegetais, sendo 12 espécies de herbáceas, espalhadas em diversos canteiros, 11 arbustos e 11 espécies aquáticas, de diferentes alturas, procurando criar um dinamismo, em contraposição à inércia da simetria neoclássica. Na parte posterior ao edifício, têm-se árvores de maior porte e dispostas próximas umas das outras. A diversidade de herbáceas e arbustos mostra a preocupação do

paisagista com os planos e cores do projeto.

Nesse espaço, o traçado original manteve-se, mas sem a vegetação especificada no projeto original. Cada nova gestão estadual foi responsável pela remoção ou acréscimo de espécies vegetais, de acordo com a tendência da época e o gosto pessoal em cada administrador.

6 | PRAÇA MONUMENTO DA COSTA E SILVA

Segundo Santos e Krueel (2009), nesse período da década de 1970, foram realizadas várias obras de grande porte, como a construção do Centro Administrativo; do Centro de Convenções; do Ginásio de Esportes Dirceu Arcoverde, o “Verdão”; do Parque de Exposições Agropecuárias e do Hospital da Polícia Militar, além da abertura de grandes avenidas.

O governador do Piauí, Dirceu Arcoverde (1974-1978), convidou o arquiteto Acácio Gil Borsó e o paisagista Roberto Burle Marx para projetarem uma praça monumento, com a intenção de homenagear Antônio Francisco da Costa e Silva, um dos mais famosos poetas do Piauí, autor do hino do Piauí, nascido em 1885, na cidade de Amarante, também banhada pelo rio Parnaíba. Foi sugerido o terreno existente ao longo da Avenida Maranhão que situada às margens do Rio Parnaíba, acumulava água da lagoa existente no local, não a deixando escoar. Dessa forma, o então Secretário de Obras na época Carlos Bulamarqui, propôs a construção de uma praça no local, para solucionar o problema.

Segundo Silva (2005), em seus projetos, Burle Marx buscava “criar em cada jardim um motivo diferente relacionado à paisagem”, seguindo três princípios básicos em suas obras: a relação com o entorno, a hierarquia de caminhos e a presença de pontos focais. Nesse projeto, percebe-se a presença desses princípios quando o paisagista aproveita o desnível do terreno para a implantação da cascata que desce pequena sobre o monumento e cresce no horizonte, uma referência ao rio Parnaíba. A hierarquia se faz presente, pois os caminhos são mais largos quanto mais próximos do coreto e do lago artificial, são esses dois pontos focais em lados opostos, não existindo, portanto, a intenção de concentrar os usuários em apenas um local.

No projeto paisagístico foram indicadas 34 espécies, sendo 11 árvores, 5 arbustos, 9 espécies aquáticas, 2 tipos de herbácea para forração, 1 gramínea e 3 espécies de trepadeiras. Sendo também que seu traçado original quase não foi modificado.

7 | HOTEL BLUE TREE TOWERS

A construção do Hotel Blue Tree Towers teve início em 1983, e inaugurado em dezembro de 1987, com projeto arquitetônico do arquiteto Ricardo Roque. Na arquitetura do edifício, evidenciam-se a horizontalidade e o uso de concreto armado.

O nome de Burle Marx para o projeto paisagístico do hotel surgiu do próprio

arquiteto. O contato com o escritório do paisagista se deu por meio de Acácio Gil Borsó e Janete Costa, arquitetos atuantes em Recife e no Rio de Janeiro, onde ficava o escritório do paisagista.

Por causa dos custos da execução e posterior manutenção, o projeto sofreu algumas alterações ao longo do tempo: espécies que não se adaptaram ao clima e morreram, substituições no decorrer dos anos, os sistemas de água que foram desativados pelo custo da sua manutenção. Entretanto o traçado mantém correspondência com os planos de Burle Marx.

O Hotel Blue Tree Towers abriga o único exemplo de espaço privado projetado por Burle Marx em Teresina, o que faz com que ele se mantenha em bom estado de conservação através do tempo, apesar das modificações realizadas em decorrência de modificações no espaço, e até mesmo de agressões provocadas pelos usuários ou de alto custo de manutenção, provocando descaracterização do jardim.

8 | CONCLUSÃO

A presença do jardim e da paisagem nas cartas patrimoniais e recomendações, assim como nas leis e decretos, revela acima de tudo uma conscientização (ainda que tardia) em relação à necessidade de se preservar determinados espaços livres e paisagens, seja em função de seu valor histórico e cultural, seja em função de seu valor estético, seja em função de sua beleza natural ou mesmo de aspectos ambientais.

Essa conscientização é o ponto de partida ou o primeiro passo no sentido de sua valorização e preservação, como herança, para as gerações futuras. O que se percebe, entretanto, é que em alguns países, como o Brasil, faltam medidas mais contundentes para garantir efetivamente essa preservação. Não basta a intenção de se preservar jardins históricos, paisagens naturais, paisagens culturais, sítios históricos ou parques nacionais, reservas e florestas, registrada em documentos relevantes de âmbito nacional ou internacional, sem medidas eficazes contra a deterioração, a degradação e a devastação.

Com a realização deste trabalho, demonstrou-se a importância do patrimônio cultural, representado pela paisagem e demais exemplos de interação do homem com a natureza. Os jardins históricos modernos do Palácio de Karnak, da Praça Monumento da Costa e Silva e do Hotel Blue Tree Towers – objetos deste estudo - desconhecidos pela maioria da população teresinense merecem ser resgatados e preservados como patrimônio cultural da cidade.

Diante da emergente necessidade de ações para preservação patrimonial dos bens da sociedade, destaca-se em nosso meio, a urgência de uma intervenção nesses jardins. Faz-se necessário, portanto, políticas públicas visando a restauração, preservação e posterior manutenção destes jardins de vital importância para o patrimônio da cidade, para a perpetuação da história frente às gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Inês El-Jaick. **Dimensão ambiental do patrimônio verde público urbano: o impacto do entorno urbano nos jardins de interesse histórico**. São Paulo: USP, 2009. 284 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2009.
- AÑÓN-FELIÚ, C. **Authenticité: Jardin et paysage**. Japon: UNESCO; ICCRON; ICOMOS, 1995.
- BASTOS, Cláudio de Albuquerque. **Dicionário e geográfico do Estado do Piauí**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.
- BERJMAN, S. **El paisaje y el patrimonio**. Revista ICOMOS/UNESCO, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-11, 2001.
- CARTA DE VENEZA (1964). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 91-96. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE FLORENÇA (1981). In: CURY, I. (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000. p. 253-258. Edições do Patrimônio.
- CARTA DE JUIZ DE FORA (2010). **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. Edições do Patrimônio.
- CASTEL-BRANCO, Cristina. **Os quatro rios do Paraíso**. Coautoria com Clara Pinto Correia e José Afonso Furtado Ed. D. Quixote, Lisboa, 1994.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade: Unesp, 2006.
- CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais-Edições do Patrimônio**. 2. ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. **Intervenções em jardins históricos: manual**. Brasília: IPHAN, 2005.
- GARCÍA, R. R. Conceptos de conservación de paisajes y jardines. In: ONOFRE, S. A. **Diseño, planificación y conservación de paisajes y jardines**. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco. Azcapotzalco. 2002.
- HAJÓS, G. **Jardines históricos y paisajes culturales: conexiones y límites. Teorías y experiencias en Austria**. Revista ICOMOS/UNESCO, v. (s/v), n. (s/n), p. 1-9, 2001.
- LEENHARDT, J. A exigência social de paisagem: reflexões a partir de Burle Marx. In: TERRA, C. e ANDRADE, R. **Paisagens Culturais: Contrastes Sul-Americanos**. Rio de Janeiro: EBA, 2008. p. 37-45.
- RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiás: Editora da UCG, 2006.
- SÁ CARNEIRO, A. R. e SILVA, J.M.; VERAS, L. M. S. C. e SILVA, A.F. **The Complexity of Historic Garden Life Conservation**. In: ZANCHETTI, S. M. e SIMILÃ, K. (Org.). **Measuring Heritage Conservation Performance**. 1 ed. ROMA/RECIFE: ICCROM/CECI, 2012.
- SANTOS, Gervásio; KRUEL, Kenard. **História do Piauí**. Teresina: Halley, 2009.
- TITO FILHO, A. **Teresina meu amor**. 4. ed. Teresina: Comepi, 2002.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-38-3

